

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

Centro Acadêmico do Agreste - CAA

Curso de Ciências Econômicas

MARIA CLEONICE SANTOS FREXEIRA

POLÍTICAS DE CRÉDITO DESTINADAS AO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO VIA
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) NO
PERÍODO DE 2003 A 2015

CARUARU-PE

2017

MARIA CLEONICE SANTOS FREXEIRA

POLÍTICAS DE CRÉDITO DESTINADAS AO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO VIA
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) NO
PERÍODO DE 2003 A 2015

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Pernambuco como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Economia.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Lucilena Ferraz
Castanheira Corrêa.

CARUARU
2017

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Marcela Porfírio CRB/4 - 1878

- F892p Frexeira, Maria Cleonice Santos.
 Políticas de crédito destinadas ao setor industrial brasileiro via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no período de 2003 a 2015. / Maria Cleonice Santos Frexeira. – 2017.
 50f. ; il. : 30 cm.
- Orientadora: Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2017.
 Inclui Referências.
1. Política monetária. 2. Crédito. 3. Política industrial – Brasil. 4. Indústria – Brasil.
I. Corrêa, Lucilena Ferraz Castanheira (Orientadora). II. Título.
- 330 CDD (23. ed.)
UFPE (CAA 2017-378)

MARIA CLEONICE SANTOS FREXEIRA

**POLÍTICAS DE CRÉDITO DESTINADAS AO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO
VIA BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
(BNDES) NO PERÍODO DE 2003 A 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do grau de bacharel em Economia.

Aprovado em: 15/12/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. José Valdecy Guimarães Júnior (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Márcio Miceli Maciel de Sousa (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho ao meu querido Pai, José Manoel dos Santos (*in memoriam*), o meu herói; quando na minha infância cantávamos em dupla, só lembro bem quando se iniciava a “cantarolada” pois logo adormecia. Na loja de material escolar fazíamos compras. Ao lado do colégio onde estudava sempre nos encontrávamos, eu carregada de livros, você com sua carroça de sorvetes, percebia nitidamente o brilho em seus olhos, lhe pedia a benção, ao me abençoar me oferecias sorvetes. Meu PAI, seu amor por mim foi incondicional. Sei que se estivesse aqui estarias muito feliz por essa conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me concedeu esses anos com muitos estudos e a chance de ampliar minha visão, mediante o convívio entre pessoas, a partilha de alegrias e ser privilegiada em adquirir o maior bem do mundo: o conhecimento.

O meu querido esposo George, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades. Não reclamou de minha ausência por estar a noite todos esses anos em sala de aula, quando várias vezes precisei passar finais de semana estudando, foi meu porto seguro perante as dificuldades, durante este percurso, não mediu esforços para que eu vencesse esta etapa de minha vida.

Aos meus filhos, Maysa, George Junior e Larissa Gabriela que iluminaram de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos.

A meu irmão e amigo, José Dinis, que fez parte desta história quando compreendeu, minha ocupação nos estudos, quando repentinamente foi delimitado o meu tempo para vários momentos que compartilhávamos, porém nos nossos restritos encontros sempre me fez sorrir, é meu cúmplice, me aplaude nas mais simples conquistas. Acredita em minha capacidade.

À professora Dr^a. Lucilena Castanheira que me acolheu de braços abertos, me conduzindo aos caminhos da pesquisa; demonstrou paciência na orientação e incentivo me dando todo suporte necessário que tornou possível a conclusão desta monografia.

À universidade Federal de Pernambuco (UFPE) por ter me dado a oportunidade de conhecer amigos que foram essenciais nesta caminhada acadêmica. Me ofereceu ensino de qualidade, que me ajudou a alcançar a reta final no curso de economia; curso amplo em conhecimento, porém faculta aos alunos a motivação e responsabilidade de desvendar sua complexidade.

Agradeço aos amigos de sala, que certamente ultrapassarão os limites da universidade, pois ficaram na minha vida como bons e grandes amigos: Ayanne Magalhães: muitas tardes e até noites inteiras de estudos, mas tirávamos nossos momentos para dar algumas voltas no centro de Caruaru. Cléa Tárique, na cantina se destacava, porém, sempre tinha algo a me oferecer. José Heleno muito eloquente, porém, em nossas viagens de congressos muito fotogênico. José Carlos (Kaio), por estar do meu lado em todos os momentos, e pela contribuição dada na realização deste trabalho de conclusão de curso. Herediano, foi o rapaz mais calmo que já conheci. Fenelon Almeida, que materializava as aulas de Brasileira em forma de desenhos. A todos muito obrigada!

“O desafio do governo não é escolher os vencedores, mas saber identificar quando há perdedores”

Dani Rodrik

RESUMO

O presente estudo procura mostrar a importância da Indústria de Transformação brasileira, buscando compreender a relação entre o crédito industrial e o desempenho do setor industrial; o crédito poderá ser um elemento impulsionador ao crescimento da indústria, que consequentemente contribuirá para o crescimento da economia como um todo. Sendo assim, a participação do setor secundário e o volume de crédito, se destacam como variáveis que possivelmente tem grande relevância para o dinamismo econômico. Diante disto, o BNDES foi criado com a intensão de contribuir com um maior suporte à indústria. Diante de dados expositivos, é demonstrada a participação do setor secundário na participação do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, bem como o volume de crédito direcionado para esse setor via BNDES. Os resultados mostram que quando há queda no crescimento da indústria de transformação, haverá também queda do produto, porém o volume de crédito é elemento essencial nas políticas implementadas na indústria de transformação no período em estudo.

Palavras chaves: Política de crédito. Indústria de Transformação. BNDES. Produção Industrial.

ABSTRACT

The present study seeks to show the importance of the Brazilian Manufacturing Industry, seeking to understand the relationship between industrial credit and the performance of the industrial sector; credit could be a driving force for the growth of the industry, which will consequently contribute to the growth of the economy as a whole. Thus, the participation of the secondary sector and the volume of credit stand out as variables that possibly have great relevance for economic dynamism. In view of this, the BNDES was created with the intention of contributing with a greater support to the industry. The secondary sector will have an impact on the participation of the national Gross Domestic Product (GDP), as it presents its availability of physical production, taking into account the volume of credit that will be inserted in it. However, it is Industry that has remained the highlight of greater participation in general GDP in relation to other sectors of the economy. The results show that when there is a decline in the growth of the manufacturing industry, there will also be a fall in output, but the volume of credit is an essential element in the policies implemented in the manufacturing industry during the period under study.

Key words: Credit Policy. Transformation Industry. BNDES. Industrial Production.

LISTA DE SIGLAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BB – Banco do Brasil

BC – Banco Central

CEF – Caixa Econômica Federal

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

CREAI – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

DEPECON – Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IGP-DI – Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna

IPA – Índice de Preços por Atacado

IPC – Índice de Preços ao Consumidor

INCC – Índice Nacional de Preços da Construção Civil

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Índice de Preço Industrial

JK – Juscelino Kubitschek

MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio

NEPOM – Núcleo de Estudos de Política Monetária

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PACTI – Plano de Ação em Ciências, Tecnologia e Inovação

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PBM – Plano Brasil Maior

PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDP – Política de desenvolvimento Produtivo

PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PICE – Política Industrial e de Comércio Exterior

PIS – Programa de Integração Social

PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PRONATEC – Programa de Expansão da Formação Profissional do País

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

LISTA DE TABELA

Tabela 4.1 – Brasil: Produção Física da Indústria de Transformação, 2003 a 2015.....	38
Tabela 4.2 – Brasil: Volume de Credito do BNDES desembolsado para indústria de transformação – 2003 a 2015 (em milhões de reais)	40
Tabela 4.3 – Brasil: Desembolso de Crédito por Setor da Indústria de Transformação – 2003 a 2015 (R\$ em milhões)	41

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 4.1 – Brasil: Variação do Produto Interno Bruto (PIB) – 2003 a 2015 (%).....	36
Gráfico 4.2 - Brasil: Participação da Indústria de Transformação no PIB – 2003 a 2015(%).	37
Gráfico 4.3 – Brasil: Taxas de Juros Trimestrais: Selic e TJLP – 2003-2015.....	43
Gráfico 4.4– Brasil: Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) – 2003-2015.....	44
Gráfico 4.5 - Brasil: Participação da Indústria de Transformação no PIB – 2003 a 2015 (%) e o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) – 2003-2015.....	45

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivo Principal.....	15
1.2 Objetivos Específicos	15
1.3 Estrutura da Pesquisa.....	15
2. ORIGEM E FINALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITOS	17
2.1 Relevância das Expectativas Racionais diante de uma Política Monetária como cerne para o volume de Crédito.....	18
2.2 Instrumentos de Política Monetária que influenciam o Volume de Crédito.....	19
2.3 Políticas de Crédito para o Setor Industrial.....	22
2.3.1 Criação do BNDES, e os Programas de implementação	23
3. O CONTEXTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015.....	25
3.1. A Importância da Indústria no PIB de um país.....	26
3.1.1. Políticas para estímulo do Setor Industrial ao longo da História da Economia Brasileira.....	26
3.1.2 Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP.....	30
3.1.3 O Plano Brasil Maior (PBM).....	32
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	35
4.1 Desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) e a representatividade do setor industrial no crescimento econômico do Brasil.....	35
4.2 Desembolso de Crédito por Setor da Indústria de Transformação.....	38
5. ANÁLISES CONCLUSIVAS.....	46
REFERÊNCIAS.....	47

1. INTRODUÇÃO

As políticas de crédito junto ao setor industrial se apresentam como instrumentos frequentemente utilizados pelos governos com intuito de desenvolver a indústria. Essa relação vem sinalizar a busca pelo aumento progressivo nas taxas de crescimento econômico tanto inter-regional como intrarregional.

De acordo com Suzigan e Furtado (2006), uma política industrial (de modo geral) pode ser definida como a ligação entre o presente e o futuro, ou seja, entre as estruturas já existentes e as que estão sendo construídas. Nesse sentido os autores corroboram que uma política industrial, tem como cerne promover o desenvolvimento de setores econômicos fundamentais para a geração de divisas, difusão de tecnologias e expansão dos níveis de emprego, colaborando, desta forma, para o aumento da competitividade industrial e, consequentemente para o crescimento econômico.

Diante dessa constatação, para que o setor industrial venha apresentar os resultados então mencionados, os formuladores da política econômica, precisam sinalizar para um dualismo eficiente entre as expectativas positivas dos agentes e políticas macroeconômicas a serem adotadas (LICHA, 2015).

A relação entre o crédito e o desempenho do setor industrial desponta como variáveis a serem analisadas de grande importância para o dinamismo econômico, pois quando se analisa o desempenho da indústria de transformação no Brasil em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), é possível constatar que entre os anos de 2003 e 2015, essa participação apresentou uma redução de aproximadamente 16,62%, e o PIB nacional uma contração de mais de 100% no mesmo período, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Dando continuidade à análise dos dados do IPEA, é possível constatar a mesma trajetória declinante para a utilização da capacidade instalada do setor industrial no país no período analisado, ou seja, uma queda da ordem de 5,30%.

Diante dessa perspectiva, o crédito disponível para o setor industrial nas principais instituições sob o controle do governo, tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), este destinado ao setor industrial, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, etc., sinaliza ser um instrumento impulsor para o crescimento econômico.

No entanto, entre o período de 2003 a 2015 foi constatado que mesmo diante da disponibilidade de crédito para o setor industrial, a demanda por esses recursos apresentou uma trajetória declinante segundo dados do DEPECON.

É importante ressaltar que a implementação de políticas de crédito para o setor industrial no país é concedida em maior proporção pelo BNDES¹. De acordo com Silva (1988), a utilização do crédito pode trazer um aumento no nível de atividade e estimular o consumo.

Coelho e Gonçalves (2007) mencionam que o crédito direcionado ao setor industrial, tende a acarretar o aumento da produtividade da indústria, impactando de forma positiva no aumento da riqueza do país, sob a ótica da produção.

Contudo, não obstante o aparato de financiamento aos investimentos do setor industrial no cenário nacional, os agentes públicos em anos recentes apostaram em políticas de curto prazo, ou seja, subsídios tributários. Tal instrumento foi utilizado beneficiando setores seletivos, como por exemplo, o setor automotivo.

1.1 Objetivo Principal

O atual estudo tem como objetivo analisar a importância do setor da indústria de transformação para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) e o desembolso de crédito para o setor.

1.2 Objetivos Específicos

- Identificar a magnitude da participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB);
- Verificar o volume de crédito desembolsado para o setor industrial brasileiro pelo BNDES;
- Demonstrar a confiança do empresário do setor secundário da economia através do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI).

1.3 Estrutura da Pesquisa

Para dar seguimento a compreensão dos objetivos gerais e específicos em epígrafe, este trabalho está dividido em cinco seções principais. O capítulo seguinte discorrerá sobre a origem

¹ O BNDES, banco público criado em 1962, cumpre papel essencial de apoiar projetos de investimentos que contribuem para o crescimento do país, concedendo empréstimos de longo prazo com taxas de juros subsidiadas (ou seja, abaixo das taxas de mercado). O BNDES é a principal instituição de fomento no país, e está entre os maiores do mundo nesta categoria. É possível identificar tipos de políticas de crédito voltadas para a indústria: a) capital de giro, b) internacionalização, c) projeto de investimento, d) Importação, e) máquinas e equipamentos f) software, g) financiamento à produção de bens para exportação, h) inovação (investimento em pesquisa).

e finalidade das políticas públicas de créditos, abrangendo a relevância das expectativas racionais diante de uma política monetária como cerne para o volume de crédito, bem como os instrumentos de política monetária que influenciam o volume de crédito. No terceiro capítulo, faz-se uma discussão sobre o contexto da indústria brasileira entre os anos de 2003 a 2015, levantando a questão sobre a importância da indústria para o crescimento econômico de um país. No quarto capítulo, será feita uma análise exploratória dos dados que venham demonstrar o crescimento do PIB, a participação da indústria nesse crescimento, o volume de desembolso de crédito disponível para o setor da indústria de transformação e o índice de confiança do empresário do setor objeto do estudo, entre os períodos de 2003 a 2015. Logo em seguida, o atual estudo é complementado com a análise conclusiva que vem demonstrar a importância do setor para a economia nacional.

2. ORIGEM E FINALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITOS

Alguns instrumentos de políticas econômicas muitas vezes são utilizados para reestruturar os ciclos econômicos. Esses instrumentos possuem como cerne minimizar os desequilíbrios que possivelmente ocorrem na economia. E que envolvem variáveis que influenciam fortemente no dinamismo econômico e que diretamente ou indiretamente influenciam no volume de crédito disponível no mercado interno, tais como: a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), taxa de juros de longo prazo (TJLP), que influenciam o nível de emprego e produção (MISHKIN, 1995 *apud* LICHA, 2015).

Segundo Mendonça (2002), entre os anos de 1971 e 1973, quando se encerra o sistema de Bretton Woods², nasce uma nova forma de analisar a política econômica monetária, ou seja, como instrumento necessário para enfrentar o processo inflacionário em escala internacional resultante do primeiro grande choque do petróleo³.

De acordo com Eichengreen (1993) *apud* Sachs e Larrain (2000), o Acordo de Bretton Woods, foi uma forma de tentar restabelecer as precondições com a finalidade de implementar um sistema monetário internacional, através da criação de uma cláusula de escape para garantir ajuste de preços relativos.

No entanto, com o fracasso desse tipo de instrumento, surge assim, a necessidade de encontrar uma forma mais eficaz de proteger e controlar o nível de preços na economia. Conforme Mendonça (2002), diversos países se protegeram fazendo uso da utilização de metas através de políticas econômicas como instrumento gerador de regras para impulsionar o crescimento econômico.

A partir de então, inicia-se na literatura econômica o debate sobre as expectativas racionais como um tipo de *mola impulsional* para o crescimento econômico (LUCAS;

² O Sistema de Bretton Woods, que também leva o nome de O Padrão Ouro-Dólar, era fundamentado em taxas de câmbio fixas dos países centrais, que poderiam ser flexíveis, ou seja, se adaptaria as mudanças por decisões de política em relação ao dólar e em relação ao preço oficial do ouro. Fazia também parte do sistema o controle de fluxos de capitais de curto prazo, na maior parte dos países (SERRANO; FRANKLIN, 2002).

³ Nas décadas de 1960 e 1970, a economia mundial estava totalmente dependente do petróleo. Foi então criada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a Opep – pelos principais países produtores do petróleo, dos quais a maioria eram países árabes do Oriente Médio. Os então membros da Opep, em comum acordo, decidiram reduzir as exportações de petróleo para os países que apoiassem Israel em seu conflito com o Egito. O petróleo se tornou uma arma de guerra contra o mundo ocidental, e os países árabes passaram a usar a força que possuíam no cenário mundial, as suas reservas petrolíferas, tão importantes e cobiçadas pelos ocidentais. Houve redução na produção, em meio a um cenário de alta demanda, fato que provocou a elevação dos preços dos barris em cerca de 400% em três meses, que passou de US\$ 3,29 em setembro de 1973 para US\$ 11,58 em janeiro de 1974, com a influência da OPEP monitorando o petróleo, os preços se elevaram rapidamente para US\$ 12 por barril, após o embargo e os cortes na produção (VELLOSO, 1986).

SARGENT, 1973 *apud* LICHA, 2015). Os autores levantam a questão sobre o sucesso das expectativas racionais – formação de expectativas sobre o valor futuro de uma variável, sendo assim, os agentes racionais poderão agir de forma mais eficiente, em frente informações públicas disponíveis e, da taxa natural de desemprego, essas variáveis são relevantes sobre o pressuposto que a política monetária deve ter como principal cerne uma inflação baixa e estável.

Dando continuidade à referida discussão, Kydland e Prescott (1977) *apud* Licha (2015) ressaltam que a credibilidade de uma política econômica monetária precisa ser embasada em regras para sinalizar boa representatividade e, que uma política implementada no presente seja estável como uma política de equilíbrio futura.

Barro e Gordon (1983) *apud* Licha (2015) continuaram a considerar a importância da reputação como forma de disciplinar a condução da política monetária. A parte crucial da análise é que a persistência da inflação é facultada à perda de credibilidade do governo, pelo não cumprimento do compromisso que foi acordado anteriormente com a sociedade.

Diante dessa perspectiva, a estrutura para uma política monetária que venha delinear seus objetivos na busca pela redução da inflação, torna-se indispensável e, conseqüentemente passa a ser um gerador para um cenário positivo, na busca pelo aumento do volume de crédito com a finalidade de buscar o crescimento econômico.

2.1 Relevância das Expectativas Racionais diante de uma Política Monetária como cerne para o Volume de Crédito

As expectativas racionais dos agentes econômicos são fortes influenciadores no desempenho da economia, pois se acreditarem nos formuladores de políticas, com boas previsões, os indivíduos vão se preparar para um avanço econômico no próximo período (SACHS; LARRAIN, 2000). Nesse sentido, segundo o autor, para que a uma economia apresente forte influência de certeza ou incerteza, são necessários elementos capazes de modificarem as decisões dos agentes.

Pois defende que, se houver repetições de erros de política monetária, com taxa de inflação sempre acima da esperada, o nível de atividade será afetado de maneira permanente, que como consequência causará perda do bem-estar-social dos indivíduos. Os erros consecutivos nas expectativas conduzirão os agentes da economia tomarem decisões erradas. Observando este contexto se percebe a fragilidade da política monetária, e a importância dessa política para o volume de crédito com a finalidade de se financiar tanto o consumo das famílias, como o investimento privado.

2.2 Instrumentos de Política Monetária que influenciam o Volume de Crédito

A variação do volume de crédito da economia poderá ser proveniente da intervenção do Banco Central na quantidade de moeda da economia, paralelamente aos bancos comerciais. É consensual que a política monetária seja relevante diante do trajeto percorrido pela economia real. Porém, existem conceitos diferenciados de como a política monetária cumpre seu papel, e qual a relevância nos diferentes canais utilizados para determinada política. De acordo com Svensson (2011) *apud* Licha (2015) um elevado grau de transparência na política monetária contribui para a melhoria do bem-estar social, ou seja, causa redução na variabilidade da inflação e na variabilidade do emprego.

O canal de crédito estabelece uma possível explicação do mecanismo de transmissão e, portanto, diferencia a importância proporcional de cada um desses canais – monetário (canal tradicional) e de crédito – é importante pois: i) entender quais agregados financeiros são afetados pela política monetária, faria com que aumentasse o entendimento sobre a relação entre os setores financeiros e real da economia; ii) a compreensão do mecanismo de transmissão ajudaria os formuladores de política monetária a interpretar as alterações nos agregados financeiros; e iii) mais informações sobre o mecanismo de transmissão deve levar a melhor escolha de metas (RAMEY, 1993 *apud* ALMEIDA, 2015).

Segundo Renno (2014) *apud* Almeida (2015) as políticas de créditos, que modificam os agregados monetários (volume de crédito) estão atreladas aos de instrumentos utilizados pela autoridade monetária, ou seja, vão depender mais especificamente das variáveis que intermediam esta dinâmica, sendo responsáveis pelo aumento crescente ou decrescente do volume de crédito da economia. O Banco Central do Brasil (BACEN) é o órgão responsável pela oferta de moeda. De acordo com Cleto e Dezordi (2002) o BACEN tem o poder de modificar os meios da oferta de moeda se utilizando dos seguintes instrumentos:

- Operações com Títulos Públicos (OPEN MARKET): é um mecanismo que consegue equilibrar a oferta de moeda e taxa de juros a curto prazo, por meio do Banco Central (BC);
- Variações no Depósito Compulsório: corresponde a uma taxa sob os depósitos à vista, a prazo, e poupanças recebidos por bancos comerciais e que devem ser destinados a uma reserva no Banco Central que fixa taxa de recolhimento. Quando o BC diminui o depósito compulsório, torna-se necessário o banco privado reservar uma parte menor dos seus recursos, logo tem mais opções de crédito disponíveis para outros bancos e

para a população, aumentando os empréstimos haverá uma maior contribuição para circulação da moeda, ou vice-versa. Portanto, esta é uma forma de tentar controlar o poder de compra e liquidez da moeda, que consequentemente causará uma alteração no crescimento da estrutura econômica;

- Alterações nas Taxas de Redesconto: redesconto Bancário é um controle monetário, em que o Banco Central concede empréstimos aos bancos comerciais com taxas elevadas e superiores aos de mercado. Mas, geralmente os bancos recorrem a esse tipo de empréstimos quando existem problemas em seus caixas. O redesconto bancário se tiver suas taxas de juros reduzidas, induzirá a outras instituições também reduzirem seus juros para aumentar a concorrência, o que incentivará bancos a reservarem menos, devido a uma relativa vantagem de se tomar empréstimos;
- Controle e Seleção de Crédito: através deste fator é possível o controle do volume de crédito e distribuição de suas linhas, fixando taxas, períodos e restrições. Pode causar distorções no livre funcionamento do mercado trazendo desincentivo à atividade econômica. Mais crédito significa mais empréstimos, o que é um fator positivamente relacionado a circulação de moeda, segundo o Núcleo de Estudos de Política Monetária (NEPOM).

Porém conforme Licha (2015), a taxa de juros básica, tornou-se um instrumento mais eficiente, por ser um instrumento mais fácil de ser controlado pelos bancos centrais, uma vez que os agregados monetários são instáveis e difíceis de serem manipulados.

Segundo Stiglitz e Weiss (1981) *apud* De Carvalho *et al* (2015), o mercado de crédito não funciona como um mercado competitivo de bens e serviços, onde os descontroles entre oferta e demanda são resolvidos através do movimento do preço da mercadoria. Para os autores, a taxa de juros cobrada nas operações de crédito se comporta diferentemente dos preços dos bens e serviços que se elevam sempre que a demanda pela mesma aumenta.

Conforme Ramey (1993) *apud* Almeida (2015), existe o problema de identificação na tentativa de distinguir o canal de crédito bancário, uma vez que a queda no produto coincide com a queda nos empréstimos, não necessariamente estabelece uma relação de causalidade⁴. Ou seja, o comportamento do mercado de crédito se diferencia do mercado de bens e serviços porque neste a diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) é causado pelo aumento nos preços,

⁴ A ideia de causalidade, implica em uma relação permanente entre um evento anterior e sua continuação, ou seja, causa e efeito.

enquanto no mercado de crédito redução no crescimento econômico se dá via queda nos empréstimos.

É importante ressaltar que as operações com títulos públicos, as variações no depósito compulsório, as alterações nas taxas de redesconto, e o controle e seleção de crédito são variáveis influenciadas pela composição da taxa de juros SELIC. Pois, com taxas de juros maiores, os financiamentos e os investimentos ficam mais caros, levando a uma queda na demanda por produtos, o que de acordo com a lei da oferta e da demanda reduz os preços, e consequentemente, reduz a inflação. No entanto, os gastos com investimentos diminuem, levando a uma queda na demanda agregada e, portanto, no produto (MISHKIN, 1995 *apud* LICHA, 2015).

A meta da Taxa SELIC é definida pelo Banco Central, que intervirá na economia com a finalidade de alcançá-la, porém, é calculada não só considerando essas ações centrais, mas também considerando a média das taxas de juros sob empréstimos interbancários (CDI). A taxa de juros SELIC é calculada trimestralmente, ou seja, a mesma é revista quatro vezes no ano segundo indica o (BACEN)⁵.

Nesse sentido, o BACEN pode equilibrar a taxa de juros através dos instrumentos supracitados, mas observando o movimento das operações com títulos, por exemplo, supondo uma compra de títulos, o BACEN comprará os títulos a fim de ofertar mais dinheiro no mercado e reduzir os títulos, desta forma o preço dos títulos aumentará, causando diminuição da taxa de juros. Em um cenário em que houvesse um excesso de reservas bancárias, inverteria o processo, o Banco Central venderia títulos e aumentaria as taxas de juros.

Diante disso, é possível identificar que o BACEN tem a responsabilidade de controlar a taxa de juros, porém existe uma interligação do mercado na contribuição desse processo, mostrando que as relevâncias das políticas monetárias não se classificam como única medida de crescimento econômico de um país, mas há um processo de dependência (no sentido de influenciar) entre os bancos comerciais e o Banco Central (LICHA, 2015)

Ainda segundo os autores, ao analisar a disponibilidade de crédito, foi possível constatar que a economia brasileira mostrou momentos de recessão no seu Produto Interno Bruto (PIB) devido à queda de determinado setor, nesse caso específico, a indústria de transformação. Fato este, que indica a necessidade de recorrer às políticas que proporcionassem um maior suporte ao setor, e reversão da trajetória decrescente do PIB nacional.

⁵ Banco Central do Brasil (BACEN)

Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br#!/home>. Acesso em 29 de out. 2017.

De acordo com Souza e Bruni (2008) a concessão de crédito dará suporte ao setor, pois, os intermediários financeiros exercem um importante papel para economia, podendo influenciar no efeito de uma política monetária.

Licha (2015) corrobora com essa afirmação, pois menciona que as instituições financeiras apresentam um importante papel na oferta de crédito, porém, para o financiamento de longo prazo, sobretudo em países em desenvolvimento, são grandes as dificuldades encontradas pelo setor industrial.

Analisando sob essa ótica, Couto e Trintin (2012) apontam que, geralmente, as instituições financeiras privadas não atuam na concessão do crédito de longo prazo, devido aos riscos e às incertezas, aos baixos retornos, ao grande volume de recursos e a maiores prazos de financiamento, ficando essa modalidade de crédito sob a responsabilidade dos bancos públicos, como por exemplo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁶.

Nesse sentido, de acordo com Araújo (1997), a década de 1964, foi marcada por reformas, que contribuíram para intensificar os programas de crédito dirigido, como instrumento de política industrial, com prioridade em se deslocar do setor público para o setor privado.

As modalidades operacionais oferecidas pelo Sistema do BNDES foram aperfeiçoadas, criando novos fundos e programas e ampliando os setores e os tipos de empresas contemplados.

2.3 Políticas de Crédito para o Setor Industrial

A economia brasileira ao longo da sua história apresentou momentos de recessão devido à queda da indústria, indicando a necessidade de recorrer a políticas que proporcionassem melhorias ao setor. Foi quando se pensou em empréstimos de longo prazo voltados para a indústria (BONELLI 2011).

De acordo com Souza e Bruni (2008) a concessão de crédito tende determinar o andamento do desenvolvimento da economia, visto que um volume maior de crédito disponível resulta no aumento do volume de transações comerciais. Porém, ao se falar de uma expansão do crédito direcionado à indústria, a proposta é contribuir para a expansão dos investimentos e da produção.

Araújo (1997) ressalta que a década de 1930 foi o período em que o sistema financeiro brasileiro estava sustentado em instituições financeiras que em sua maioria operava em curto

⁶ No ano de 1952, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que em 1982 passaria a ser o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), teve como função inicial mobilizar e direcionar recursos financeiros para obras de infraestrutura e para a indústria básica, ambos empreendimentos estatais.

prazo, porém o mercado acionário tinha uma participação ainda muito incipiente. Notou-se um sistema financeiro decadente, sinalizando a necessidade de implementar investimentos com recursos privados. Diante desse engessamento, implementou-se mecanismos estatais de financiamento como, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil em 1937.

As instituições financeiras a partir de então, desempenham importante papel na oferta de crédito, porém, para o financiamento de longo prazo, sobretudo em países em desenvolvimento, são grandes as dificuldades encontradas pelo setor industrial. Geralmente, as instituições financeiras privadas não atuam na concessão do crédito de longo prazo, devido aos riscos e às incertezas, aos baixos retornos, ao grande volume de recursos e a maiores prazos de financiamento (COUTO; TRINTIN, 2012).

A partir de então surgiu a necessidade de criar uma maneira de alterar a forma de concessão do crédito, (especialmente o crédito direcionado à indústria) crédito este que atuasse no longo prazo.

2.3.1 Criação do BNDES, e os Programas de implementação

No ano de 1952, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que em 1982 passaria a ser o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O mesmo foi inicialmente implementado com função de mobilizar e direcionar recursos financeiros para obras de infraestrutura e para a indústria básica, ambos empreendimentos estatais.

No Período em que o BNDES foi criado, seu foco era o financiamento de projetos relacionados com a ampliação dos sistemas de transportes, sendo a sua principal fonte de recursos o adicional do imposto de renda. Posteriormente no período do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) a principal fonte de recursos do Sistema BNDES passou a ser o Programa de Integração Social (PIS)⁷ e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)⁸.

Segundo Araújo (1997), a forma de atuação do BNDES, tinha como sua base de recursos, sustentada em poupança compulsória, como são os casos do adicional do Imposto de

⁷ Lei Complementar nº 7/1970 - O programa buscava a integração do empregado do setor privado com o desenvolvimento da empresa.

⁸ Lei Complementar nº 8/1970 - União, Estados, Municípios, Distrito Federal e territórios contribuíam com o fundo destinado aos empregados do setor público.

Renda (nos primeiros anos de sua atuação) e mais recentemente do PIS/Pasep e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). No entanto esses recursos, são de custos primários reduzidos e somente exigíveis no longo prazo, que deu suporte a prática de juros baixos e a concessão de prazos de carência e amortização estendidos, adaptável com projetos de longa maturação.

De acordo com Monteiro Filha (1994), o BNDES atuou como principal agente financeiro do governo federal para a concretização das metas compreendidas em planos e programas governamentais, articulado com outras instituições e instrumentos do Estado. Ainda é salientado pela autora o BNDES, foi responsável por mudanças estruturais e se mostrou com um forte articulador no corte de barreiras institucionais e técnicas à mobilidade do capital.

A operação de tais recursos não seria admitida pelo sistema não-estatal, uma vez que suas regras de avaliação seriam fundamentadas em métodos privados, nos quais a equivalência na aceitação de riscos é a elevação de *spreads*, que tornaria o custo financeiro de tais investimentos elevados, ou a não concessão de crédito por motivos relacionados com problemas particulares dos agentes privados, como, por exemplo, aqueles relacionados com a composição de suas fontes ou de suas carteiras. Neste período os bancos privados apresentavam um crescente desenvolvimento, porém, operavam somente nos curto e médio prazos, isto poderia ser uma ameaça para o sistema financeiro no futuro, nesse instante o sistema BNDES se apresenta como a principal fonte de recursos operando no longo prazo e, respondendo por cerca de dois terços dos empréstimos bancários de prazo superior a cinco anos (FERRAZ; ALÉM; MADEIRA, 2013).

Diante dessa perspectiva, do papel do crédito e da mais importante instituição de fomento do país, o BNDES, no contexto da indústria brasileira será tema de discussão no próximo capítulo.

3. O CONTEXTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015

A economia brasileira como um todo vem demonstrando queda na sua trajetória de crescimento. Uma vez que a Indústria de Transformação está passando por encolhimento, e marcha para mais um ano de queda em seu PIB, uma vez que as políticas aplicadas nos últimos anos focam em metas de curto prazo (DEPECON)⁹. Ou seja, as reduções no crescimento da economia brasileira podem ser divididas em quatro pontos principais: (i) pontos de estrangulamentos na infraestrutura, (ii) uma desvalorização extrema na taxa de câmbio, (iii) a carga tributária elevada, e, (iv) juros e *spread* reais acima da média mundial. Estes e outros entraves têm reduzido o desempenho da indústria do país (DEPECON, 2015).

Nesse sentido, entraves como os citados anteriormente, se apresentam como instrumentos redutores para o crescimento da indústria que, consequentemente impactam de forma negativa na geração de emprego, renda e produção, principalmente porque a indústria é colocada como uma das maiores geradoras de emprego da economia brasileira, e tem um elevado grau de participação no Produto Interno Bruto (PIB) da economia.

Schymura e Pinheiro (2013) *apud* Bacha e Bolle (2013) ressaltam dois motivos que sinalizam o aumento do risco na queda da produtividade industrial, motivo de grande preocupação dos agentes econômicos. O primeiro está atrelado ao enorme custo pago pela sociedade brasileira, isto vem de um histórico datado desde 1960, quando enormes volumes de subsídios públicos e uma parcela considerável da participação governamental foram canalizados para industrializar o país numa extensão e profundidade superiores às da maioria dos países em desenvolvimento na época. O segundo motivo é a rapidez do processo de estagnação manufatureira impactando negativamente na produção interna.

A queda na produção da indústria poderia também ser analisada pelos impactos que causaria aos agentes econômicos, através das perdas de postos de trabalho, na qualidade do emprego, que consequentemente afetará o crescimento do produto potencial da economia assim como também nos efeitos equitativos.

⁹ Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (DEPECON)
Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp/departamentos/pesquisas-e-estudos-economicos-depecon/>. Acesso em 15 de set. 2017.

3.1. A Importância da Indústria no PIB de um país

A industrialização proporciona níveis crescentes de renda e bem-estar dos agentes econômicos, gerando empregos mais qualificados e revelando ganhos de escala, através da inovação tecnológica, segundo a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI¹⁰ (ALMEIDA, 2015).

No Brasil, a indústria de transformação é vista como o principal gerador de emprego e renda (dada sua participação majoritária no incremento ao PIB brasileiro). Tal fato, é digno de exame, porque pode estar demonstrando que a capacidade da indústria em um país designa o potencial e os limites do seu desenvolvimento econômico.

Segundo Nicholas Kaldor (1960) *apud* Bacha e Bolle (2013) a industrialização é responsável pelo transbordamento tanto econômico como social para as outras dimensões, culminando em uma espiral para o crescimento e desenvolvimento econômico de um país.

As metas e planos inseridos no país em anos supracitados, com as oscilações que os impediram de avançar, não vedaram as tentativas futuras de formular novos planos desde que fossem necessários, com objetivos de alcançar o produto potencial adequado para cada momento da estrutura econômica.

3.1.1. Políticas para estímulo do Setor Industrial ao longo da História da Economia Brasileira

O governo se encarrega de incentivar o crescimento da produção por meio da expansão da linha de crédito. É um mecanismo realizado através do aumento do acesso ao crédito de longo prazo a benefício da indústria, obtendo menores taxas, ampliação da base e redução dos obstáculos para realizar financiamento. O aumento de crédito direcionado a grupos ou setores selecionados pode ser uma estratégia de política industrial.

Segundo Rodrik (2004), *apud*, (ALMEIDA, 2015). modelo de uma política industrial é o de elaboração estratégica entre governo e setor privado com a finalidade de mostrar quais são os obstáculos mais significativos à reestruturação entre o público e o privado.

Bresser (2012) ressalta que, o Governo Getúlio Vargas no período de 1930 concedendo proteção à indústria, comprando o excedente de café, mas com intenção de destruí-lo, foi

¹⁰ ALMEIDA, Mansueto. Desafios Da Real Política Industrial Brasileira Do Século XXI. In: DE TONI, Jackson (org.). Dez Anos de Política Industrial: Balanço e Perspectivas. V 1. Brasília: ABDI, 2015.

caracterizado como uma medida conhecida entre os liberais e cafeicultores de protecionista, no entanto foi uma tentativa de minimizar os desequilíbrios da economia e preservar os empregos gerados nessa atividade. Usando esta estratégia, Vargas conseguiu sustentar as cotações internacionais do produto, criando um imposto sobre as exportações de café – confisco cambial, ou seja, transferir parte da renda gerada pelo setor cafeeiro para o setor industrial.

Durante o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) mesmo com a instituição do sistema de controle de importações tendo ocorrido em meados de 1947 com a intenção de fazer frente ao desequilíbrio externo, teve grande relevância para o crescimento da indústria no Pós II Guerra. Manteve-se a taxa de câmbio sobrevalorizada e progressivamente estabeleceram medidas discriminatórias à importação de bens de consumo não essenciais e daqueles com similar nacional, por meio de licenças a importar (GIAMBIAGI *et al.*, 2011).

Entre o período de 1956-1961, no Governo Juscelino Kubitschek (JK), foi desenvolvida a estratégia de fomentar o setor industrial, com foco na indústria de bens de consumo duráveis. O Plano de Metas, implantado por JK, tinha como objetivo investir em estatais, em infraestrutura, especificamente em transporte e energia elétrica; incentivo ao aumento da produção de bens de capital como máquinas e equipamentos e intermediários, tais como aço, carvão e zinco; e estímulo à produção de alimentos. Em contrapartida surgiu resultados prejudiciais como: uma inflação média anual de 25% no período entre o período de 1956 a 1961, aumento da dívida externa e dos desequilíbrios sociais (ARAÚJO, 1979).

Brum (2005) *apud* Bacha e Bolle (2013), menciona o governo do Marechal Humberto Castello Branco, após o Golpe Militar de 1964, e a implementação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que tinha como cerne a estabilização da economia permitindo as reformas necessárias ao avanço da indústria e do mercado financeiro brasileiro, retomando a trajetória de crescimento anterior.

No governo do General Arthur da Costa e Silva (1967-1969), o ministro da fazenda Antônio Delfim Neto implementou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que durou de 1968 a 1970. O PED tinha como objetivo promover o crescimento econômico mediante expansão da demanda agregada, com aumento de investimentos públicos e privados incentivados pelo BNDES, além de estimular as exportações com desvalorizações periódicas e isenção de IPI a produtos manufaturados. Com a geração de divisas decorrentes do aumento das exportações foi obtida a capacidade de aumentar também o volume de importações, abastecendo com insumos o crescimento da indústria e permitindo a continuidade do processo de substituição de importações (LAGO, 1990).

O governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1973) entra em ação para desenvolver a indústria através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Nesse período a principal fonte de recurso do sistema BNDES passou a ser o PIS/Pasep. O objetivo da criação desse plano foi manter o crescimento econômico em torno de 10% a.a. e o crescimento do setor industrial em 12% a.a., o foco do processo industrial seria nos bens de capital e nos insumos básicos, como produtos siderúrgicos e suas matérias-primas; metais não ferrosos; produtos petroquímicos; cimento; enxofre; e outros materiais não metálicos (BRASIL, 1974)¹¹.

Segundo Carneiro 2002, a crise do petróleo e o fim do Acordo de Bettrion Woods foram elementos que não contribuíram para uma conjuntura econômica estável, a ponto de influenciar no II PND trazendo em sua trajetória resultados indesejáveis para indústria.

O Governo Fernando Collor de Melo (1990), foi definido que não mais valeria o modelo de substituição de importações e de proteção ao setor industrial, promovendo-se a abertura unilateral da economia brasileira. Ao mesmo tempo foram lançados os programas de privatização e desregulamentação e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), que tinha como objetivo verificar o desempenho do setor industrial brasileiro (CANO; SILVA, 2010).

Cano e Silva (2010) apontam ainda que a década de 1990 foi marcada pela criação da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), promovendo uma acentuada e rápida exposição da indústria à competição internacional, com diminuição progressiva dos níveis de proteção tarifária e eliminação dos instrumentos não tarifários de proteção e dos subsídios. De forma desvinculada de políticas setoriais, os recursos do BNDES foram conduzidos a empresas que obtivessem aumentos de competitividade e produtividade. Além de implementar o Programa de Reestruturação e Racionalização Empresarial, visando fomentar fusões e incorporações de empresas. Porém foram medidas que não prevaleceram, porque a conjuntura econômica brasileira não estava preparada para absorver tais medidas tão rapidamente.

Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002), a política industrial era submetida à estabilidade da economia, à medida que havia a certeza de que uma economia precisava ser pautada em eficazes raízes macroeconômicas pois era um requisito necessário para a alavancagem da indústria no país (CANO; SILVA, 2010).

¹¹ Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio
Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> Acesso em 16 de nov. 2017.

Diante dessa perspectiva, é possível evidenciar que a década dos de 1990, promoveu uma mudança profunda na política industrial do Brasil, ou seja, nesse instante o Estado passa a ter uma presença como regulador, e não mais como empresário. No entanto, mesmo diante dessa profunda mudança na posição do Estado na condução da atividade industrial, as principais instituições creditícias para o setor, como por exemplo, BNDES, Caixa Econômica Federal (CEF), Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), etc., permaneceram desempenhando os seus respectivos papéis, embora com algumas reformulações (LAPLANE; SARTI, 2006)

De acordo com Coronel (2011), a retomada das políticas industriais na economia brasileira é verificada a partir de 2003, com a Política Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior (PITCE), inserida em 2003, reformulada em 2008 e reeditada em 2011, no governo de Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). A PITCE¹² foi estruturada em quatro eixos: (i) inovação e desenvolvimento tecnológico; (ii) inserção externa; (iii) modernização industrial e ambiente institucional e (iv) aumento da capacidade produtiva.

As metas para o eixo inovação e desenvolvimento tecnológico tinham a característica de desenvolver a capacidade produtiva das empresas com a finalidade de melhor introduzi-las no mercado mundial (CASTILHOS, 2005). Segundo autor, a PITCE sinaliza a possibilidade de melhor inserção das indústrias brasileiras no mercado mundial, através da implementação de diretrizes às empresas pública e privadas.

Coronel *et al* (2011), ressalta que a PITCE foi uma política que trouxe incentivo para a criação de outras atuações legais como, a Lei da Inovação e da Biossegurança, e serviu de base para a criação da Política de Desenvolvimento Produtivo.

A PITCE se encarregou de introduzir a indústria nacional no debate dos formuladores de políticas, divulgando os grandes problemas de competitividade externa e custos domésticos crescentes. Com sua manifestação, abriu-se as portas para outras políticas internalizar seu legado; a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)¹³, formalizada em 2008, porém neste mesmo ano foi bloqueada pela crise internacional (ABDI)¹⁴.

Segundo Almeida, (2009) a PITCE teve o êxito de contemplar medidas horizontais para várias atividades econômicas, mas foi criticada pela falta de clareza e objetivos relativos aos demais setores, entre os quais aqueles mais intensivos em mão de obra como calçados, têxtil e

¹² PITCE. Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. Governo Federal, Brasília, 2003.

¹³ Política de Desenvolvimento Produtivo. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Brasília, Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/pdp/arquivos/destswf1212175349.pdf>. 2008.

¹⁴ Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

Disponível em: <http://www.abdi.com.br/paginas/default.aspx>. Acesso em 19 de set. 2017.

confeções, madeira e móveis e outros, que são identificados como importantes empregadores no Brasil.

A PITCE foi um programa que nasceu em anos posteriores lançado pelo governo federal através de planos que trouxeram outras siglas, porém se encarregaram de dá continuidade aos mesmos propósitos. Renasceu agora a PITCE com o nome de Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e posteriormente de Plano Brasil Maior (PBM)¹⁵, que desses surgiram outras ramificações, que se assemelharam a PITCE, porém adaptados as novas condições socioeconômicas, com maiores pretensões no sentido de sua abrangência, profundidade, articulações, controles e metas, intensificando o número de setores e os instrumentos de incentivo em relação à PITCE (CANO; SILVA, 2010).

3.1.2 Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP

A Política PDP teve sua origem em maio de 2008, no segundo mandato do presidente Lula, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, teve a atuação dos Ministérios, da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, e do Ministério da Ciência e Tecnologia. O objetivo da PDP foi proporcionar crescimento econômico ao país, através do incentivo ao desenvolvimento da indústria, para promover a formação de empregos e aumento da competitividade da indústria dentro e fora do país. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (BRASIL)¹⁶.

Diante dessa perspectiva, o governo federal busca pela implantação de programas de importância estratégica, tais como o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, Plano de Ação em Ciências, Tecnologia e Inovação – PACTI e o Programa Mais Saúde, mobilizando investimentos imprescindíveis e estruturantes de longo prazo.

Segundo Coronel (2011), apesar das incertezas introduzidas no mercado mundial, às vésperas da crise financeira de 2008, a indústria brasileira apresentava positivos indicadores de crescimento e aumento nas exportações.

Nesse sentido, a PDP, teve a preocupação de dar continuidade à PITCE, porém de forma mais ampla com principal objetivo o investimento, juntamente com a inovação, perante o lema:

¹⁵ Plano Brasil Maior: Plano 2011/2014/texto de Referência, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Brasília, outubro de 2011. Disponível em: http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/plano_brasil_maior_texto_de_referencia_rev_out11.pdf. 2011.

¹⁶ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/pdp/index.php/sitio/inicial>. Acesso em 10 de nov. 2017.

Inovar e investir para sustentar o crescimento. A política tem como objetivo, a sustentação de um longo ciclo de desenvolvimento produtivo, apoiado no investimento, na inovação, na competitividade das empresas e na ampliação das exportações (CANO; SILVA 2010).

A PDP trouxe a prioridade de investimento e introduziu metas monitoráveis, a implantação de setores, a ampliação de setores. Esta ampliação partiu da constatação da diversidade do parque industrial brasileiro e de múltiplos estágios de capacidade competitiva entre setores, onde tornou-se necessárias ações de natureza específica a cada um. Em seu lançamento, eram 32 programas, sendo 25 deles relacionados a sistemas produtivos (agrupados em três categorias) e sete relacionados a temas transversais. A PDP avançou também no sistema de governança da política industrial. Suas características eram parecidas as do Plano de Metas, criaram-se Comitês Executivos, formados por representantes das instituições de governo apropriados, para conduzir cada um dos 32 programas, e uma Secretaria Executiva, formada pelo Ministério da Fazenda, pelo BNDES e pela ABDI¹⁷, para coordenação dos programas e suporte ao MDIC.

A política foi lançada com a proposta de redução de custos e acréscimo dos prazos de financiamento do BNDES. Segundo dados da ABDI, sobre os financiamentos, o prazo das operações foi aumentado em dobro da Finame de 5 para 10 anos. Enquanto os custos, o spread básico médio das operações do BNDES foi reduzido em 20%, indo de 1,4% para 1,1% a.a. a taxa de intermediação financeira (cobrada quando a operação é feita por agentes financeiros) foi reduzida de 0,8% para 0,5% a.a. Essas reduções, associadas a um processo de queda da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES, contribuíram para ampliação dos investimentos e dos desembolsos do banco no período.

O BNDES foi financiador e também participante da Secretaria Executiva da PDP e exerceu a coordenação do programa Consolidar e Expandir Liderança, que reuniu setores com capacidade de projeção internacional. Foram sete setores selecionados (Complexo Aeronáutico; Petróleo, Gás Natural e Petroquímica; Bioetanol; Carnes; Celulose Papel; Siderurgia; e Mineração), para os quais o BNDES reforçou seu financiamento, com o objetivo de desenvolver cadeias produtivas e capacidade de inovação, exportação e internacionalização.

Em vez de uma resposta via aumento de gastos públicos orçamentários ou de afrouxamento monetário, o governo brasileiro utilizou o mecanismo de empréstimos do Tesouro ao BNDES e dele para o setor produtivo ampliar investimentos, garantindo a oferta de

¹⁷ Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

Disponível em: <http://www.abdi.com.br/paginas/default.aspx>. Acesso em 19 de set. 2017.

crédito a taxas e prazos adequados, além de ampliar a demanda por máquinas e equipamentos nacionais.

3.1.3 O Plano Brasil Maior (PBM)

O PBM foi formulado em meio à discussão sobre a diminuição da produção da indústria do país, lançado em 02 de agosto de 2011, enfrentou críticas porque era idêntico à política industrial sancionada no governo anterior, o PBM, assim como a PDP, visa incentivar o consumo interno e fomentar a economia. É uma resposta do governo a este desafio, que tinha seu principal objetivo, no período entre 2011 e 2014, aumentar a competitividade da indústria nacional, a partir do incentivo à inovação tecnológica, agregação de valor e impulso a produção nacional, aperfeiçoando a competitividade da indústria no mercado interno e externo (CORONEL; MARION FILHO, 1980).

O PBM, nasce com o lema: Inovar para competir, competir para crescer. Prossegue com à Política Industrial estabelecida na gestão anterior, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio com a participação dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, Planejamento, Orçamento e Gestão Fazenda e Casa Civil (BRASIL)¹⁸.

Segundo a Cartilha do Plano Brasil Maior, revela que o mesmo é constituído por um conjunto de medidas, tais como: a) estímulo ao investimento e à inovação; apoio ao comércio exterior; b) defesa à indústria e mercado interno; c) desonerações tributárias; d) financiamento à inovação, e) aplicação de recursos em setores de alta e média-alta tecnologia; f) fortalecimento das pequenas e médias empresas inovadoras; g) criação de programa para qualificação de mão de obra; h) desoneração de investimentos; i) financiamentos e garantias para as exportações; j) preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais nas compras governamentais; e l) financiamento de projetos que reduzam emissões de gases de efeito estufa.

O PMB tem suas medidas estruturantes, destacando-se a construção de projetos e programas, em parceria entre o governo e o setor privado, com base em cinco diretrizes: 1 – Fortalecimento das cadeias produtivas; 2 – Ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios; 3 – Desenvolvimento das cadeias de suprimento em energias; 4 – Diversificação das exportações e Internacionalização corporativa; e, 5 – Consolidação de competências na Economia do Conhecimento Natural (BRASIL)¹⁹.

¹⁸ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Cartilha Brasil Maior. Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/cartilha_brasilmaior.pdf>. Acesso em 12 de set. 2017.

¹⁹ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Comércio exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/pdp/index.php/sitio/inicial>>. Acesso em: 4 set. 2017.

É um plano que apresenta sua dimensão sistêmica destinada a orientar medidas, com os seguintes objetivos: reduzir custos, acelerar o aumento da produtividade e promover bases mínimas de isonomia para as empresas brasileiras em relação a seus concorrentes internacionais; e consolidar o sistema nacional de inovação por meio da ampliação das competências científicas e tecnológicas e sua inserção nas empresas.

As dimensões sistêmica e estruturante do PBM, constituem-se nos temas: Comércio Exterior; Incentivo ao Investimento; Incentivo à Inovação; Formação e Qualificação Profissional; Produção Sustentável; Competitividade dos Pequenos Negócios; Ações especiais em desenvolvimento regional; e, bem-estar do consumidor

O BNDES, por ser um banco com taxas de longo prazo tenta se ajustar a meta traçadas através do PBM, sendo assim foi capaz de elaborar novos programas. No âmbito da quarta revisão do BNDES PSI (PSI-4), em 2012, foi criado o subprograma Projetos Transformadores, com condições específicas de financiamento para composição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de grande intensidade de conhecimento e engenharia relativos a bens não produzidos no país e que induzam sequencias e ganhos de produtividade e qualidade

O BNDES passou a ter a função de cada vez, se encarregar pelo crescimento de políticas de requerimento de conteúdo local que cada dia se tornou mais notável assim o uso do poder de compra do governo com intuito de aquecer a indústria doméstica, foi também estimulado o crescimento de campeões nacionais (através de fusões incentivadas pelo BNDES ou por fundos de pensão estatais) e formuladas políticas de desoneração focadas em determinados setores. Foi fortificado o foco no incentivo à inovação, inclusive com a criação de mecanismos de fomento à P&D no ramo do setor privado. No entanto, pouco se avançou em termos de estabelecimento de mecanismos de incentivo condicionados e regras de saída em caso de fracasso da política industrial (CANÊDO-PINHEIRO, *et al*, 2007).

A criação do Programa BNDES de Apoio à Qualificação Profissional do Trabalhador (BNDES Qualificação), em 2011, visou ao apoio à implantação, expansão, modernização e acréscimo do número de vagas de estruturação profissional e educação técnica e tecnológica, assim como à infraestrutura de PD&I dessas instituições; e teve como destaque o empréstimo de R\$1,5 bilhão para o SENAI, em fevereiro de 2012. Essa linha segue as prioridades estabelecidas no Pronatec (programa de expansão da formação profissional do país).

A observação por setores, o BNDES dispensa recursos para a indústria com ênfase ao PBM. Os setores envolvidos no plano receberam R\$955 bilhões de 2003 até junho de 2014, o que representa 83% do desembolso do BNDES no período. O que chamou atenção foram os

que mais sofreram com o acirramento da concorrência internacional, os Sistemas Intensivos em Trabalho com 10% dos recursos, se destacando mais ainda os Sistemas da Mecânica, Eletroeletrônica e Saúde, 27% dos recursos. Esse percentual, contudo, somou 66% se se considerar como apoio ao setor de bens de capital todo o apoio à comercialização de equipamentos feita pela Finame, mesmo que adquiridos por empresas de outros setores, a saber: comércio e serviços, e agricultura, porém os mesmos que em beneficiaram os produtores de equipamentos (ALMEIDA, 2015)²⁰.

Nesse sentido, a proposta do atual estudo é verificar o volume de crédito do BNDES junto ao setor industrial brasileiro no período de 2003 a 2015.

²⁰ ALMEIDA, Mansueto. Desafios Da Real Política Industrial Brasileira Do Século XXI. In: DE TONI, Jackson (org.). Dez Anos de Política Industrial: Balanço e Perspectivas. V 1. Brasília: ABDI, 2015.

4. ANÁLISE DOS DADOS

O atual capítulo busca apresentar através de uma análise descritiva, os dados acerca do crescimento econômico, da representatividade do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e da política de crédito destinado ao setor industrial no período de 2003 a 2015, tendo como cerne levar a discussão acerca dos efeitos causados por esse movimento ao crescimento econômico do país.

Mediante as políticas descritas em capítulos anteriores traçam caminhos para entender a realidade pautada na aplicação da política monetária, com foco no volume de crédito, que por sua vez visa aumentar a produção da indústria brasileira. Uma descrição que aponta para as políticas de crédito, que tende a apresentar uma correlação com as ações das autoridades governamentais do país.

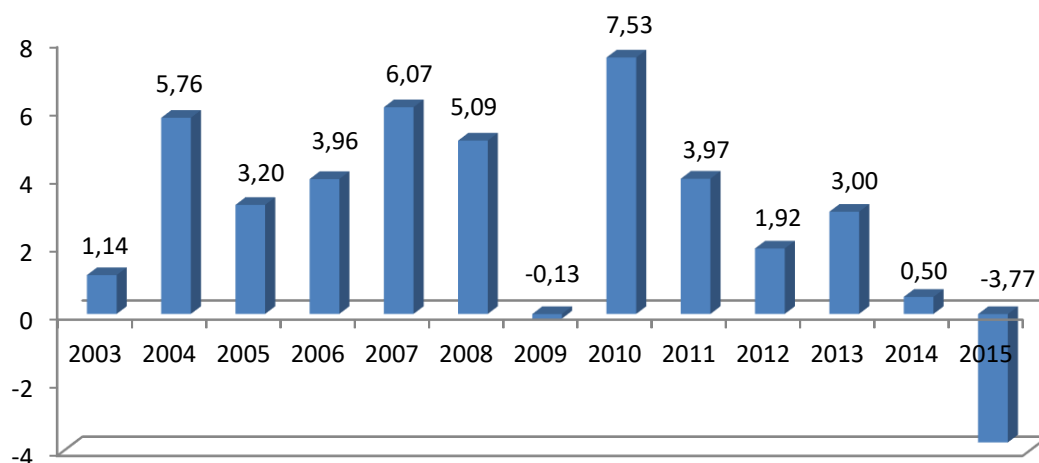
4.1 Desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) e a representatividade do setor industrial no crescimento econômico do Brasil

A partir do ano de 2003, verifica-se no cenário econômico brasileiro uma trajetória ascendente no seu crescimento, pois foi um período de transição de governo, quando o país passou a ser governado por Luiz Inácio Lula da Silva.

O primeiro mandato do Governo Lula é marcado pela ortodoxia macroeconômica, se comprometendo em dar continuidade pela busca da estabilidade econômica no combate à inflação, sustenta sua política econômica ao primeiro mandato baseado no “tripé”: flutuação cambial + metas de inflação + superávit primário.

Diante do comprometimento de se manter esses instrumentos de políticas econômicas, anunciou metas de inflação para 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5%, respectivamente, que implicavam um forte declínio em relação à taxa efetivamente observada em 2002, reforçando a política anti-inflacionária; definiu um aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003; ordenou cortes do gasto público, para viabilizar o objetivo fiscal (BARBOSA, 2012).

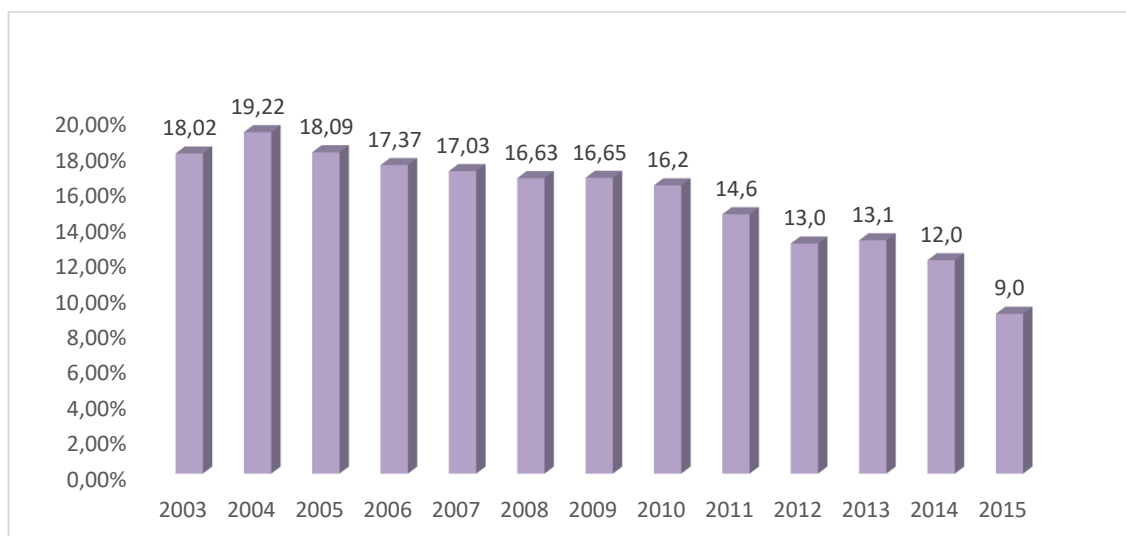
Nesse sentido, o Gráfico 4.1, vem demonstrar a trajetória da evolução do PIB brasileiro real, na qual abrange os dois mandatos do governo Lula (2003 a 2010) e o governo da presidente Dilma Rousseff (2011 a 2015).

Gráfico 4.1 – Brasil: Variação do Produto Interno Bruto (PIB) – 2003 a 2015 (%)

Elaboração Própria
 Fonte: Ipeadata

No tocante, é possível verificar que nos dois mandatos do presidente Lula, a variação média no período do PIB real foi da ordem de 3,94% e entre o ano de 2011 a 2015, já no governo Dilma Rousseff, o desempenho médio do PIB foi bem inferior, 1,13%. Dando continuidade na análise sobre o desempenho médio o PIB real, fica claro a forte desaceleração da economia brasileira no ano de 2015, registrando um crescimento negativo da ordem de 3,77%.

Diante dessa perspectiva, quando se tenta discorrer de uma análise comparativa entre o crescimento econômico e o desempenho do setor industrial, para que se possa analisar a trajetória dos movimentos dessas duas variáveis, percebe-se a importância da indústria de transformação no que tange a sua participação na composição do PIB nacional.

Gráfico 4.2 - Brasil: Participação da Indústria de Transformação no PIB – 2003 a 2015 (%)

Elaboração Própria

Fonte: Ipeadata

De acordo com o Gráfico 4.2, constata-se que nos dois mandatos do governo Lula, a indústria de transformação apresentou uma representatividade média da ordem de 17,40% no resultado do PIB nacional, e no governo da presidente Dilma Rousseff, verifica-se uma participação média da ordem de 12,34%. Um ano que merece destaque, é o ano de 2015, onde a indústria de transformação apresenta a maior redução na participação do PIB nacional, e concomitante a isso, também se percebe o maior crescimento negativo da economia no período analisado.

Outra variável que vale ressaltar sobre a importância da indústria de transformação na economia brasileira, é análise do volume em valores monetários gerados por esse setor, conforme Tabela 4.1. Entre o período de 2003 a 2015, constata-se uma evolução de aproximadamente 140% nesse período na variável volume de produção em valores monetários.

Tabela 4.1 – Brasil: Produção Física da Indústria de Transformação, 2003 a 2015 (milhões reais)

ANO	PRODUÇÃO
2003	248.256,97
2004	295.611,23
2005	319.906,85
2006	339.947,99
2007	385.033,22
2008	433.978,52
2009	435.277,01
2010	494.352,00
2011	515.704,00
2012	514.021,00
2013	558.733,00
2014	597.376,00
2015	606.295,92

Elaboração Própria

Fonte: Ipeadata

Assim sendo, a indústria de transformação no Brasil é vista como o principal gerador de emprego e renda, por apresentar um nível de participação considerável no PIB geral do país, pois segundo Szirmai (2013), é a capacidade da indústria que indica qual o potencial do desenvolvimento de um país.

Nesse sentido, o crédito passa ser um motor dinâmico para impulsionar o setor da indústria de transformação e consequentemente a atividade econômica do país.

4.2 Desembolso de Crédito por Setor da Indústria de Transformação

É importante analisar quais os principais setores da indústria de transformação do Brasil que durante os anos de 2003 a 2015, foram os mais contemplados com desembolso de crédito pelo BNDES.

As políticas de crédito junto ao setor industrial são instrumentos frequentemente utilizados pelos governos com intuito de desenvolver o setor secundário da atividade econômica nacional. Essa relação vem sinalizar a busca pelo aumento progressivo nas taxas de crescimento econômico das regi.

Como foi mostrado em capítulos anteriores através da afirmação feita por Suzigan e Furtado (2006), a política industrial se encarrega de desenvolver os setores da economia por meio da difusão de tecnologias, neste aspecto haverá aumento da competitividade industrial que afetará a economia de forma crescente.

Nesse sentido, conforme Souza e Bruni (2008) o desenvolvimento da economia é determinado através da concessão do crédito, porque um maior volume de crédito tende a aumentar o volume das transações comerciais. Diante desse movimento, segundo os autores, o crédito disponível para indústria leva à expansão do investimento e da produção.

Segundo Couto e Trintin (2012), é relevante a função das instituições financeiras na oferta de crédito de longo prazo. Mas, em países em desenvolvimento o setor se depara com grande dificuldade para angariar esses recursos, pois, as instituições financeiras privadas não têm suporte suficiente para operar no longo prazo, devido aos riscos e às incertezas, aos baixos retornos, ao grande volume de recursos e a maiores prazos de financiamento.

Para o enfrentamento desse problema, as instituições financeiras públicas, passam a ser as fomentadoras de concessão do crédito de longo prazo, especialmente o crédito direcionado a indústria, especificamente o BNDES, conforme vem demonstrar a Tabela 4.2.

Tabela 4.2 – Brasil: Volume de Crédito do BNDES desembolsado para indústria de transformação – 2003 a 2015 (em milhões de reais)

ANO	DESEMBOLSO
2003	15.920
2004	15.526
2005	23.033
2006	25.663
2007	25.395
2008	35.710
2009	60.302
2010	77.500
2011	40.270
2012	45.861
2013	53.960
2014	47.038
2015	35.153

Elaboração Própria
Fonte: BNDES

Entre os anos de 2003 e 2004 observa-se uma queda no volume de crédito, no mesmo período em que o governo se comprometeu de manter a inflação na meta, portanto o Conselho Monetário Nacional ajustou a taxa básica de juros SELIC, acontecendo uma queda no volume de crédito e consequentemente uma variação percentual negativa sobre a produção. Entre o ano de 2004 e 2005, o volume desembolsado para o setor apresentou uma variação da ordem de 48,35%. Tal cenário sinaliza ter sido devido a inflação ter atingido a meta, abrindo-se possibilidades de uma redução na taxa de juros básica da economia, por parte do Banco Central, levando a aumentos sucessivos no ano de 2006, mostrando uma queda leve em 2007. E de 2008 a 2010, nota-se um crescimento relevante no volume de crédito de aproximadamente 117%, com suas respectivas taxas de juros de longo prazo (TJLP) da ordem de 6,25%, 6,12 % e 6%, respectivamente. Em 2011 o volume de crédito teve uma queda significativa, porém houve um aumento nos dois anos subsequentes, porém novamente voltou a cair nos anos de 2014 e 2015

ocasionado pelos aumentos sucessivos na taxa de juros, devido a inflação apresentar indícios de aumentos acima da meta.

Observa-se uma correlação entre a SELIC, TJLP e o desembolso do volume de Crédito, porque o volume de crédito é uma variável que oscila a depender da taxa de juros básica que influenciará na TJLP ocasionando aumento ou diminuição no volume de crédito que influenciará no hiato do produto da economia. Corroborando com Licha, a taxa SELIC, influencia a oferta e a demanda de crédito e, em consequência, as concessões de crédito e o hiato do produto.

Dando continuidade na análise de desembolso de crédito do BNDES para a indústria de transformação, a Tabela 4.3 vem expor os dados por setor que mais foram contemplados pela concessão de crédito.

Tabela 4.3 – Brasil: Desembolso de Crédito por Setor da Indústria de Transformação – 2003 a 2015 (R\$ em milhões)

Ano	PA (1)	C e P (2)	T (3)	M (4)	C,V e A (5)	Co, P e C (6)	M, R e I (7)	F e FA (8)
2003	1.193	430	388	133	65	48	0	110
2004	1.773	1.052	170	100	50	74	2	91
2005	2.396	1.415	296	137	60	171	6	129
2006	3.304	2.315	176	82	90	1.392	2	150
2007	4.369	1.808	296	149	106	1.798	14	595
2008	9.544	858	954	228	394	3.146	30	302
2009	8.034	3.568	381	206	266	23.238	27	224
2010	12.293	1.623	1.558	456	592	28.712	66	1.303
2011	5.262	1.545	1.545	670	1.011	4.466	74	225
2012	6.281	4.218	1.235	1.02	1.468	6.281	162	246
2013	7.070	3.831	989	929	908	7.244	218	548
2014	6.124	4.019	609	610	638	5.296	10	483
2015	4.688	3.472	416	388	589	2.212	104	462

Elaboração Própria

Fonte: BNDES Nota: 1 – setor de produtos alimentícios; 2 – Celulose e papel; 3 – Têxtil; 4 – Móveis; 5- Confeções, vestuários e acessórios; 6 – Coque, petróleo e combustíveis; 7 – Manutenção, Reparação e instalação; 8 – Farmoquímico e farmacêutico.

A Tabela 4.3 demonstra a quantidade de desembolsos do volume de crédito que o BNDES disponibilizou para os setores que obtiveram destaques na indústria de transformação. O valor adicionado da indústria de transformação em 2015 foi de R\$ 606,3 milhões. Os setores com maior participação neste valor, e consequentemente no PIB, em 2015 são: produtos alimentícios, celulose e papel; coque, petróleo e combustível. O ano de 2010 foi o ano de maiores desembolsos de crédito, em quase todos os setores da indústria de transformação.

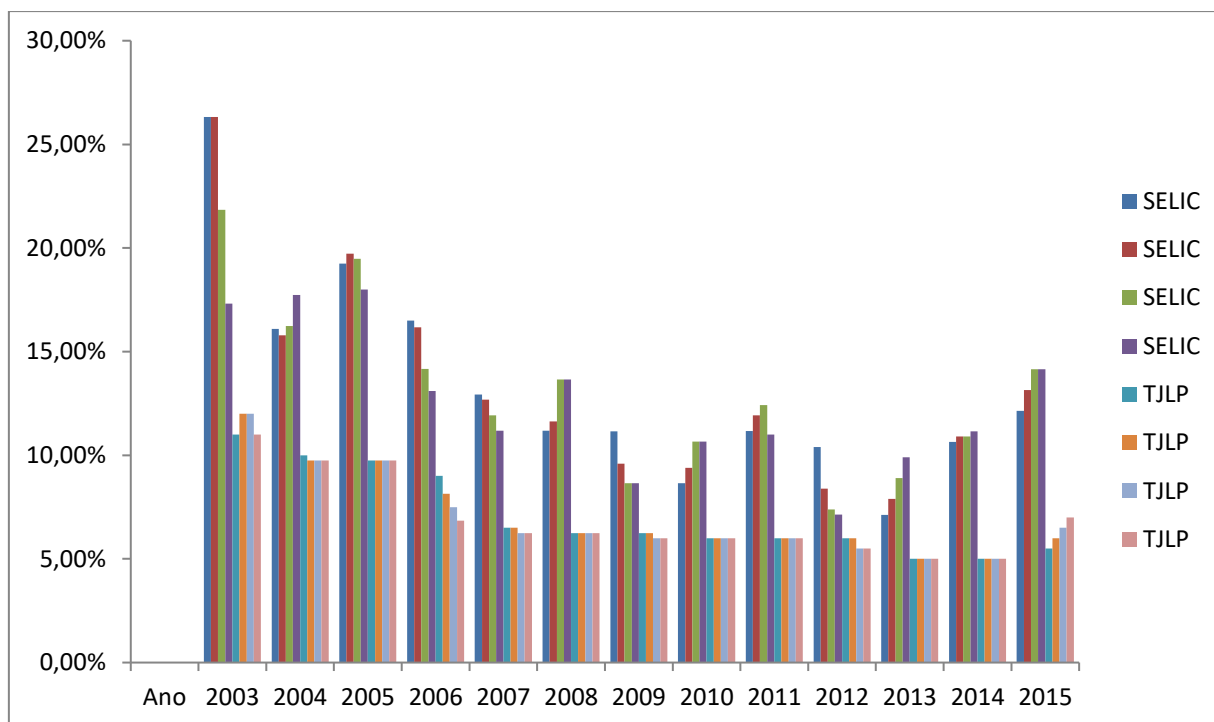
É importante ressaltar que a concessão de crédito, está diretamente correlacionada com as taxas de juros inseridas nessas operações. Nesse sentido, a taxa Selic e a TJLP²¹, são as variáveis controladoras dessas injeções de recursos disponíveis para o setor. Pois, as mesmas são motoras de estímulos ou não, para os empresários formarem suas expectativas quanto a possibilidade de recorrer a determinada modalidade de crédito para investimentos em seus negócios.

Segundo Mishkin (1995) *apud* Licha (2015), as operações com títulos públicos, as variações no depósito compulsório, as alterações nas taxas de redesconto, e o controle e seleção de crédito são variáveis influenciadas pela composição da taxa de juros SELIC. Pois, com taxas de juros maiores, os financiamentos e os investimentos ficam mais caros.

Nesse sentido, no mercado de oferta de recursos financeiros nacional, é possível constatar que a medida que a taxa SELIC varia, essa variação sinaliza a possibilidades de impactos sobre a TJLP, a qual é operada pelo BNDES, influenciando no volume de crédito concomitantemente no hiato do produto, conforme pode ser verificado pelo Gráfico 4.3.

De acordo com dados do BNDES verifica-se que a partir do segundo semestre de 2009 a TJLP começou a apresentar taxas menores de 6%, no segundo semestre de 2012 caiu para 5,5%, entre o período de 2013 e 2014 caiu para 5% e em 2015 voltou a crescer, apresentando no último trimestre uma taxa de 7%.

²¹ A Taxa de Juros de Longo Prazo é uma taxa que somente o BNDES consegue operar, pois é uma taxa que permanece sempre abaixo da taxa de mercado, e viabiliza um prazo maior para os tomadores de empréstimos, os empresários recebem melhores condições de aumentar sua produção, fato este contribuirá para um aquecimento na economia como um todo.

Gráfico 4.3 – Brasil: Taxas de Juros Trimestrais: Selic e TJLP – 2003-2015.

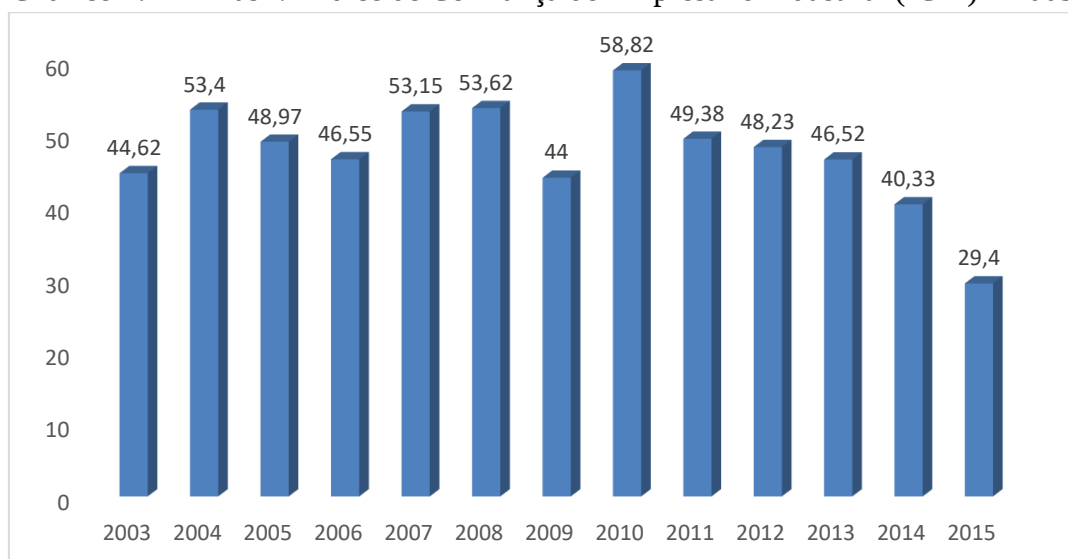
Elaboração Própria

Fonte: BNDES

Diante dessa perspectiva, as taxas de juros passam a ser relevantes instrumentos das expectativas dos empresários na economia para futuros investimentos no setor produtivo. Para medir essas expectativas, foi criado o índice de confiança do empresário industrial (ICEI), ou seja, quando esse índice está abaixo de 50 pontos, sinaliza baixa confiança no desempenho do setor, em relação a políticas econômicas adotadas pelo governo.

Nesse sentido, de acordo com o Gráfico 4.4, é possível constatar que o ICEI só apresentou nível de confiança positivo nos anos de 2004, 2007, 2008 e 2010. Foram períodos que a inflação alcançou a meta estabelecida, sinalizando queda na taxa Selic.

Corroborando com essa visão, Licha, 2015, afirma que, como as expectativas são de anúncio de redução na taxa de juros, tal política afetará as decisões dos agentes econômicos, aumentando a possibilidade de maiores investimentos produtivos, expandindo o nível de atividade na economia. Teve como destaque o ano de 2010 como o maior índice do período analisado atingindo um valor de 58,82.

Gráfico 4.4 – Brasil: Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) – 2003-2015

Elaboração Própria

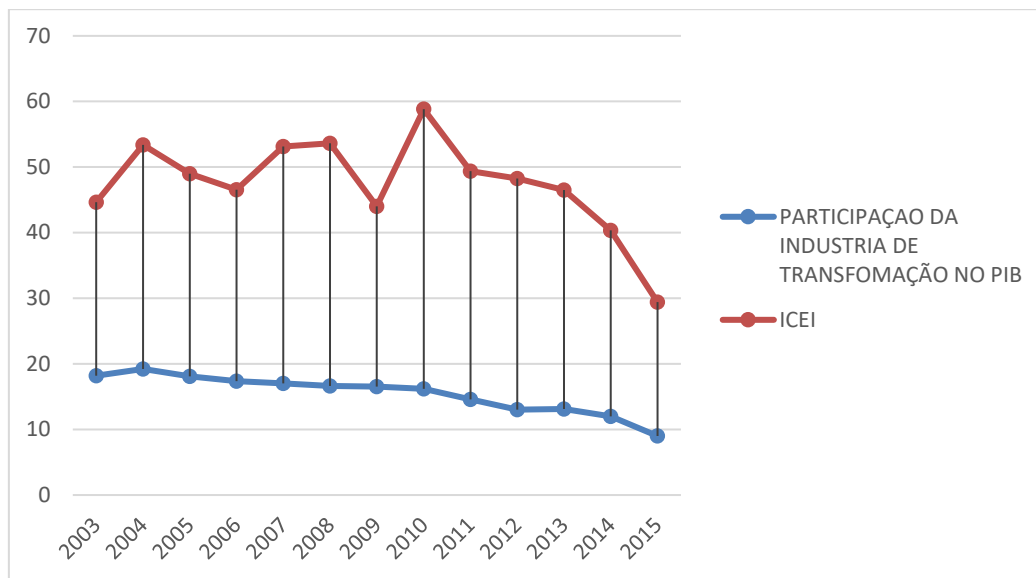
Fonte: CNI

Dando continuidade na análise do Gráfico 4.4 é possível verificar que no ano de 2009 teve seu destaque com um baixo nível de confiança, devido ao período pós-crise norte americana que afetou o sistema econômico mundial, devido as expectativas serem racionais, fato este que contribuiu para aumentar a incerteza do empresário industrial brasileiro, pois a economia mostrava um cenário de um possível aumento na taxa interna de política.

Entre os anos de 2011 a 2015, segundo dados do CNI, houve uma queda sequencial no índice de confiança do empresário industrial, porque foram anos que a inflação apresentou índices acima da meta. Segundo o BACEN, a meta de inflação do período era de 4,5 p.p a.a.

Destaca-se o ano de 2015 com taxa de inflação mais que o dobro da meta, apresentando um valor de 10,67%, sendo a causa do menor índice de confiança do empresário industrial, pois inflação elevada sinaliza uma maior taxa de política que consequentemente o nível de atividade será afetado, causando, queda no investimento produtivo, queda no consumo das famílias e perda do bem-estar-social dos indivíduos.

Gráfico 4.5 - Brasil: Participação da Indústria de Transformação no PIB – 2003 a 2015 (%) e o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) – 2003-2015



Elaboração Própria
Fonte: CNI e Ipeadata

Percebe-se que de acordo com o Gráfico 4.5, quando há queda na variável (ICEI), em alguns momentos a participação da indústria de transformação no PIB também apresenta a mesma trajetória decrescente. Tal fato indica que as expectativas e produção tornam-se variáveis dependentes, ou seja, existe uma correlação entre o ICEI e a produção da indústria.

Diante dos dados expostos nesse capítulo, a relação crescimento econômico com o desempenho do setor industrial no Brasil entre os anos de 2003 a 2015, vem mostrar que esta última variável se apresenta como uma forte impulsora para a economia nacional. E que a mesma precisa de políticas direcionadas para o setor, e que uma das mais importantes dentre várias, são políticas de crédito.

5. ANÁLISES CONCLUSIVAS

O atual estudo, que procurou demonstrar o volume de crédito disponível para o setor secundário da economia e a participação desse setor na composição do PIB nacional.

A importância do crédito para muitos autores da área econômica é despontada como uma variável capaz de se mostrar estritamente relevante para o crescimento econômico. Nesse sentido, um aumento no volume de crédito contribui para um aumento do volume de transações comerciais, portanto, quando há uma expansão do crédito direcionada à indústria, haverá uma expansão do investimento e da produção.

Nesse sentido, os formuladores de políticas econômicas no Brasil, ao procurarem executar políticas econômicas com o objetivo do controle inflacionário e utilizarem os instrumentos de políticas monetárias tais como aumento da SELIC, automaticamente estarão elevando os juros para os financiamentos, levando uma queda nos investimentos produtivos e na demanda por produtos.

Assim sendo é favorável uma política de crédito industrial, que seja contemplada com taxa de juros abaixo do mercado e prazos maiores, mas é notado que não são poucas as dificuldades enfrentadas pela indústria, principalmente as de países em desenvolvimento.

Diante dessa perspectiva, o crescimento econômico do período analisado não foi dos melhores porque no decorrer dos anos houve fatores endógenos e exógenos que dificultou o andamento da economia brasileira. Logo, as expectativas dos agentes econômicos, contribuem para desempenho da economia, quando se acredita nas promessas dos formuladores de política, supondo um anúncio de queda na taxa de juros, o empresário industrial, aumentará sua produção para o período subsequente, contribuindo assim para um aumento no nível de atividade do próximo período.

Portanto a política industrial, voltada para o volume de crédito, se interliga as demais variáveis que fazem parte do sistema econômico: taxa de inflação, taxa de juros básica, taxa de juros de longo prazo, expectativas quando o sistema econômico reagir as oscilações das variáveis, poderá trazer a estrutura econômica instabilidade ou estabilidade.

Nesse sentido, a relação entre política creditícia que vem estimular o setor industrial e o desempenho da economia sinaliza que as mesmas apresentam a mesma trajetória.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI)
Disponível em: <http://www.abdi.com.br/paginas/default.aspx>. Acesso em 19 de set. 2017.
- ALMEIDA, Mansueto. **Desafios Da Real Política Industrial Brasileira Do Século XXI**. In: DE TONI, Jackson (org.). **Dez Anos de Política Industrial: Balanço e Perspectivas**. V 1. Brasília: ABDI, 2015.
- ALMEIDA, M. **O papel do BNDES no financiamento do desenvolvimento: novos e velhos desafios**. In: BONNELLI, R. (org.). **A agenda de competitividade do Brasil**. Rio de Janeiro: IBRE/FGV, 2011.
- ARAÚJO, N. C. M. **Políticas de apoio financeiro do Estado ao setor industrial privado, através do Sistema BNDES, no período pós-1964: uma abordagem através da Economia da Informação**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1997.
- BACHA, Edmar; BOLLE, Mônica Baumgarten (orgs.). **O Futuro da Indústria no Brasil: Desindustrialização em debate**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN)
Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br#!/home>. Acesso em 29 de out. 2017.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL(BNDES)
Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fontes-de-recursos>. Acesso em 10 de out. 2017.
- BARBOSA, Luís Guilherme Camfield. **O Governo Lula e a Política Econômica Brasileira: Continuidade ou Ruptura?** 1, Revista Todavia, Ano 3, nº 4, jul. 2012.
- BONELLI, R.; PESSOA, Desindustrialização no Brasil: fatos e versões. In Bacha, E.; BOLLE, M de (orgs.). **Novos dilemas de políticas econômicas: ensaios em homenagem a Dionísio Dias Carneiro**. Rio de Janeiro: LTC, p.209- 226,2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/pdp/index.php/sitio/inicial>>. Acesso em 10 de nov. 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Cartilha Brasil Maior**. Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/cartilha_brasilmaior.pdf>. Acesso em 12 de set. 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Comércio exterior**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/pdp/index.php/sitio/inicial>>. Acesso em: 4 set. 2017.

BRESSER, Pereira, L.C. **Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia**. In: BASTOS, P.P.Z.; FONSECA, P.C.D. (Org.) **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CANÊDO-PINHEIRO, M.; FERREIRA, P. C.; PESSOA, S.; SCHYMURA, L. G. **Por que o Brasil não precisa de política industrial**. Ensaio Econômico – EPGE (FGV), 644, 2007.

CANO, W.; SILVA, A.L.G. **Política industrial do governo Lula**. Texto para Discussão, Campinas, IE/UNICAMP, n.181, jul. 2010.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do Século XX**. São Paulo: UNESP-IE-UNICAMP, 2002.

CASTILHOS, C. C. **Contradições e limites da política industrial do Governo Lula**. Indicadores Econômicos, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 54-74, 2005.

CLETO, Carlos Ilton; DEZORDI, Lucas. Coleção gestão empresarial, (professorsalles.com) **Políticas Econômicas**. Caderno, 2002.

COELHO, A.; GOLÇALVES, F. **O crédito e o desenvolvimento do setor industrial no Paraná**. V *Ecopar*, Curitiba, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)

Disponível em:

<http://admin.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081379A7BEB0137BDBC309064FD.htm>.

Acesso em 22 de out. 2017.

CORONEL, D. A. *et al.* **Impactos da política de desenvolvimento produtivo na economia brasileira: uma análise de equilíbrio geral computável**. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 01, p. 140-160, 2011.

CORONEL, D. A.; CAMPOS; A.C.; AZEVEDO; A. F. Z. **Política Industrial e Desenvolvimento Econômico: A Reatualização de um Debate Histórico**. *Revista de Economia Política*, v. 34 (1). São Paulo, 2014.

COUTO, A. C. L.; TRINTIM, J. G. **O papel do BNDES no financiamento da economia brasileira**. V *Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB)*. São Paulo, 2012.

DE CARVALHO, Fernando J. Cardim *et al.* **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

DE MENDONÇA, Helder Ferreira. **A Teoria da Credibilidade da Política Monetária**. *Revista de Economia Política*, vol. 22, nº 3 (87), julho-setembro/2002.

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONÔMICOS (DEPECON)

Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp/departamentos/pesquisas-e-estudos-economicos-depecon/>. Acesso em 15 de set. 2017.

DEPECON (Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos) FIESP-CIESP, 2016

FERRAZ, J. C.; ALÉM, A. C.; MADEIRA, R. **A contribuição dos Bancos de Desenvolvimento para o financiamento de longo prazo. Revista do BNDES**. n. 40, Rio de Janeiro, Brasil, 2013.

FERRAZ, M. B. **Retomando o debate: a nova política industrial do governo Lula. Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 32, Jan./jun., 2009.

GIAMBIAGI, F. *et al.* (Ed.). **Economia Brasileira Contemporânea – 1945-2004**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 08 de ago. 2017.

IPEADATA

Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 10 de jul. 2017.

LAGO, L. A. C. **A retomada do crescimento e as distorções do milagre**. In: ABREU, M. P. (org.), **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

LAPLANE, M.; SARTI, F. **Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI**. In: CARNEIRO, R. (Org.) **A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula**. São Paulo: Unesp, 2006.

LARRAN, Sachs. **Macroeconomia em Uma Economia Global**. Trad. Sara R. Gedanke. Pearson, São Paulo, 2006.

LICHA, Antônio Luis. **Teoria da Política Monetária: Uma Abordagem de Nível Intermediário**. Editora Alta Books, Rio de Janeiro, 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> Acesso em 16 de nov. 2017.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa. **A aplicação de fundos compulsórios pelo BNDES na formação da estrutura setorial da indústria brasileira: 1952 a 1989**. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia Industrial, 1994 (Tese de Doutorado).

NEPOM – (Núcleo de Estudos de Política Monetária). **Entendendo a Política Monetária Publicado** em março 1, 2014 por mariarenno, acesso em 23/02/2017.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICA MONETÁRIA

Disponível em: <https://nepom.wordpress.com/2014/03/01/entendendo-a-politica-monetaria/>. Acesso em 29 de set. 2017.

SERRANO, Franklin (2004). **Relações de poder e política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível.** In: FIORI (org.). **O poder americano.** Petrópolis, RJ: Vozes.

SILVA, Jose P. **Análise e decisão de crédito.** São Paulo: Atlas, 1988

SOUZA, S. M.; BRUNI, A. L. **Risco de crédito, capital de giro e solvência empresarial: Um Estudo na indústria brasileira de transformação de cobre.** Revista Universo Contábil, v.4,n.2, p.59-74, abril-jun. 2008.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. **Experiência histórica de política industrial no Brasil.** *Revista de Economia Política*, v.16, n.1 (61), jan-mar, 1996.

_____. **Política industrial e desenvolvimento.** *Revista de Economia Política*, v. 26(2), p. 163-185, 2006.

TRISTÃO, Pâmela Amado; FILHO, Reisoli Bender; CORONEL, Daniel Arruda. **Evolução do Crédito Industrial no Brasil: Uma Análise a Partir de Fatores Macroeconômicos.** *Rev. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 5-29, jan-abr./2015 (*on line*).

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **O Último Trem para Paris.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.